



UFSM

Artigo Monográfico de Especialização

**REFLETINDO A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NO
ENSINO MÉDIO**

Simone Arruda Dutra

GRAVATAÍ, RS, Brasil.

2010

REFLETINDO A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO MÉDIO

por

Simone Arruda Dutra

Artigo apresentado no Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de.

Especialista em Educação Especial.

**GRAVATAÍ, RS, Brasil
2010**

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Especialização em Educação Especial - Déficit Cognitivo e
Educação de Surdos

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo Monográfico de
Especialização

REFLETINDO A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NO
ENSINO MÉDIO

Elaborado por
Simone Arruda Dutra

como requisito parcial para obtenção do grau de

Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação
de Surdos

COMISSÃO EXAMINADORA:

Juliane Marschall Morgenstern. Ms.
(Presidente/Orientador)

Michele Quinhones Pereira. Ms.

Carla Tatiana Zappe. Ms

GRAVATAÍ, RS, Brasil.
2010

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de muitos desafios, críticas e da participação especial de pessoas que me incentivaram e acreditaram em minha capacidade. Sem esse apoio, esta etapa de minha vida acadêmica não seria concluída. Com elas compartilho minha satisfação e gratidão:

À Escola Municipal de Ensino Médio de Gravataí que me acolheu e que sem a colaboração da mesma não seria possível à realização da pesquisa.

Aos professores, coordenadores e alunos da escola, que conviveram com a minha presença durante as aulas.

À minha orientadora Juliane Marschall Morgenstern, que soube me apoiar e incentivar nos momentos difíceis e com seriedade e compromisso apontou-me caminhos, enriquecendo o trabalho com suas contribuições.

Aos meus filhos que eu amo muito Gabriel, Matheus e Nathália, pela compreensão e paciência nos momentos em que eu estava longe pesquisando e organizando o projeto de pesquisa.

RESUMO

Artigo de Especialização
Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil.

REFLETINDO A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO MÉDIO

AUTOR: SIMONE ARRUDA DUTRA
ORIENTADOR: JULIANE MARSCHALL MORGENSTERN
DATA E LOCAL: SANTA MARIA, JUNHO DE 2010.

Esta pesquisa tem a pretensão de discutir a inclusão de alunos surdos em uma Escola Municipal de Ensino Médio do município de Gravataí. Nesse sentido, pretende problematizar sobre as adequações elencadas como necessárias e importantes ao funcionamento e execução deste projeto de inclusão na escola. Também se pôde construir um debate acerca das representações sobre o surdo como sujeito, suas concepções, partindo das diferenças e reconhecendo o direito de todos à educação, aos saberes escolares, de forma efetiva e qualificada. A proposta de trabalho é a de investigar como os alunos surdos, incluídos na rede regular de ensino, percebem esse processo de inclusão. A Educação Inclusiva é uma realidade e deve ser investigada de forma a contribuir para o desenvolvimento de políticas educacionais que atendam, efetivamente, às necessidades educacionais desses indivíduos, em busca de sua equidade social.

Palavras-chave: Inclusão – Direito à Educação- Alunos Surdos

ABSTRACT

Especialization Article

Post-Graduation Program in Education

Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

REFLECTING THE INCLUSION OF DEAF PEOPLE IN HIGH SCHOOL

AUTHOR: SIMONE ARRUDA DUTRA
ADVISOR: JULIANE MARSCHAL MORGENSTERN
DATE AND PLACE: SANTA MARIA, JUNY, 2010

This research has the pretension of discussing the resources and accessibility of deaf students in a municipal high school in the municipal district of Gravataí. In this sense, it intends to trouble the speeches which permeate the relations of ability and knowledge, orientation, normality, deaf alteration among deaf students and hearing students. By means of this paper, it was possible to build a debate surrounding the representations about the deaf person as a subject, his/her conceptions, from the differences and acknowledging to the right to education to all people, to school knowledge, in an effective and qualified way. In this sense, it intends to trouble the speeches which permeate the relations of ability and knowledge, orientation, normality, deaf alteration among deaf students and hearing to school knowledge, in an effective and qualified way.

Key-words: Inclusion- Right to Education

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	08
1. CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO.....	11
1.1. Contextualizando o Ambiente da Pesquisa	11
1.2. Olhar dos participantes	13
2. EDUCAÇÃO DE FATO E DE DIREITO.....	17
2.1. Implantação	17
2.2. Acessibilidade e Inclusão	20
CONCLUSÃO	25
REFERÊNCIAS	27
ANEXOS	28
Anexo A	28
Anexo B	29
Anexo C	30

APRESENTAÇÃO

Este trabalho tem o objetivo de discutir a inclusão de alunos surdos em uma Escola Municipal de Ensino Médio do município de Gravataí. Através desta pesquisa tenho a intenção de problematizar sobre as adequações necessárias para a inclusão de alunos surdos no ensino médio. Nesse sentido, pretende problematizar os discursos que permeiam as relações de poder/saber, entre os indivíduos que fazem parte deste momento, levando em consideração seus conhecimentos acerca da inclusão.

A pesquisa foi motivada pelas vivências que tive durante a minha trajetória profissional como supervisora escolar de uma Escola Municipal de Ensino Médio, que atende alunos surdos oriundos do ensino fundamental municipal e estadual ou que estudaram em escolas especiais de outros municípios. Durante esta implementação muitas discussões e práticas novas foram refletidas e avaliadas para que este projeto tivesse êxito. Ao escolher este tema levei em consideração a minha curiosidade e interesse pela surdez, aproveitando a oportunidade que tive em participar na implantação e implementação deste processo na escola no ano de 2008, por este motivo fez com que eu aprendesse e me encantasse pelo assunto, também fiz curso de LIBRAS e iniciei esta especialização em nível de pós-graduação para atuar de maneira efetiva na minha área (supervisão escolar) e contribuir para uma prática pedagógica adequada para esta “nova” realidade, que estava iniciando na escola.

A possibilidade da inclusão faz com que as práticas da escola regular, desacomodem e se envolvam com estes novos atores, oportunizando ao professor acostumado a ter alunos ouvintes, atender também alunos surdos e dos alunos surdos que não estão mais em um espaço de escola especial, se socializem com alunos ouvintes.

É um momento de superação para ambos (professor e aluno) e para a escola como um todo. Nesse viés, pretendo questionar as abordagens institucionais, metodológicas apontadas para o favorecimento das adaptações de espaço, de comportamento, currículo, buscando uma discussão qualitativa na linha de Estudos Culturais e Educação de Surdos, é também necessário um planejamento adequado para que a pesquisa tenha um caráter e atitude científica e contribua para a construção de novas práticas educativas, por toda a comunidade escolar.

Quando pensei na pesquisa que gostaria de fazer me deparei com um problema, refleti sobre a minha atuação como supervisora escolar, no meu trabalho pedagógico que é o de auxiliar e intervir através da observação dos alunos e professores nas salas e no recreio, do assessoramento com os professores, quanto ao seu pensar pedagógico e concluí que a questão central que inquieta é a implementação das adaptações curriculares e outros recursos. Nesse sentido busco questionar a implementação da inclusão de alunos surdos na escola de ensino médio regular.

Após a observação de fatos do cotidiano da escola, da sala de aula, reuniões com professores, e outros espaços de socialização, percebo a relevância deste problema que carece ser pesquisado nesta escola. Direcionarei a escrita deste estudo na tentativa de desnaturalizar preconceitos e aparências implicadas no cotidiano escolar. Aos alunos surdos, cabe considerar a necessidade do acompanhamento de um profissional intérprete de LIBRAS e a garantia de adaptações curriculares necessárias de modo a assegurar a especificidade cultural e bilíngue das comunidades surdas. No caso específico da Escola Municipal de Ensino Médio de Gravataí, investimentos foram feitos na aquisição de material pedagógico, jogos, material didático, contratação de profissionais, inclusão da LIBRAS no desenho curricular do ensino médio e qualificação da atuação dos professores.

A trajetória de recursos de adaptação do trabalho pedagógico do professor, as adaptações curriculares, a aprendizagem dos alunos, são assuntos que pretendo abordar neste trabalho. Também é importante resgatar momentos do tema Inclusão que acredito ser o motivo principal desta implementação.

A metodologia utilizada de pesquisa utilizada neste estudo aproxima-se de uma abordagem qualitativa, acontecendo por meio da observação e articulação ao campo teórico já estudado. A intenção de usar esta abordagem de pesquisa é a de observar para intervir, na participação, entrosamento dos alunos surdos na sala de aula e nas atividades extras da escola.

A abordagem deste tema se justifica pelos movimentos que se realizam a medida que as instituições de ensino seguem as Normativas Estaduais e Nacionais que tratam da inclusão de alunos com diferentes deficiências na rede regular de ensino a partir da observação das características e necessidades especiais de cada

deficiência. A educação de surdos é um tema bastante inquietante, visto que as práticas pedagógicas que envolvem a educação destes alunos muitas vezes oferecem conhecimentos mínimos, fato que tem deixado muitos professores preocupados frente a sua falta de conhecimentos para lidar com alunos surdos.

Diante desta realidade o que pretendo é refletir e problematizar sobre as adequações elencadas como necessárias e importantes ao funcionamento e execução deste projeto de inclusão na escola. Para uma melhor organização deste trabalho dividirei a escrita em dois capítulos. O primeiro capítulo traz o percurso percorrido na elaboração desta ideia de projeto e a implantação do projeto na escola de ensino médio. No segundo capítulo questionarei a história da educação de surdos e as perspectivas da educação inclusiva na elaboração do currículo escolar da escola investigada.

CAPÍTULO 1: CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO

1.1.Contextualizando o Contexto da Pesquisa

A escola onde se realizou este trabalho foi fundada em maio de 1988, A escola¹ onde se realizou este trabalho foi fundada em maio de 1988, localizada no bairro Santa Fé, município de Gravataí, RS.

Em 1998 a escola muda a sua sede para a Rua Florianópolis, no bairro COHAB A. A escola possui em seu contexto dois níveis de ensino, o fundamental e o médio. Estes níveis são distintos entre si, em função das especificidades que caracterizam cada um, porém complementares e interdependentes no que tange os princípios que os norteiam e que disciplinam a prática neles aplicadas.

Esta inserida em uma comunidade de classe média e média baixa quanto ao aspecto financeiro. A grande maioria das famílias possui residências fixas e próprias, sendo que a classe predominante é de pais operários que trabalham em setores diversificados e possuem apenas o ensino fundamental. O relacionamento e a interação da escola com a comunidade do bairro são excelentes, sendo um local onde existe tranquilidade, com poucos casos de violência. Além de atender esta comunidade, também recebe alunos de diferentes bairros do município.

Existe uma ótima participação da comunidade com as atividades propostas pela escola. A maioria dos pais participa das reuniões e atende as solicitações da escola, tanto em relação aos alunos como em relação à organização de eventos, Escola Aberta, Sala Multifuncional, Banda Escolar e Biblioteca e outros.

A escola possui uma boa estrutura física e recursos básicos, necessitando, entretanto, de ampliação para o melhor atendimento aos nossos alunos e a comunidade escolar, recebe verbas trimestrais que contribuem para a manutenção, formação dos professores e aquisição de materiais.

É a única escola municipal de ensino médio que trabalha com a inclusão de alunos surdos, além de atender deficientes físicos e, deficientes visuais, síndrome de down e outras síndromes.

¹ com o objetivo de preservar a identidade da escola seu nome não será citado.

Para isso conta, com uma sala de recursos multifuncional, atendida por profissionais capacitados e preparados para o atendimento.

Atualmente possui 1.405 alunos, sendo 262 no ensino fundamental e 1.143 no ensino médio, os quais muitos exercem atividades de estágios CIEE (Centro de Integração Empresa e Escola), SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) ou empregos fixos em diversos setores e empresas da região.

Os princípios da ação educativa norteiam a aprendizagem como um processo psicossocial, com vivências e experimentações culturais. Busca-se criar uma escola democrática capaz de favorecer a construção da identidade de cada aluno, usando a colaboração, a amizade e a integração, sem deixar de lado os princípios básicos de convivência e o cumprimento das normas da escola. Têm como princípio formar alunos com postura ética, humana, crítica e investigadora que possam contribuir para a formação mais produtiva da sociedade; indivíduos que cresçam intelectual e socialmente, respeitando as diferenças sociais, culturais e intelectuais. A inclusão, numa perspectiva de atender as necessidades educacionais especiais, tendo como instrumento concreto de trabalho o momento histórico que vivemos, formando indivíduos com uma visão crítica da realidade, capazes de interferir nela e transformá-la.

A ação pedagógica é baseada nos conteúdos selecionados para cada série, planejado no diagnóstico da turma e nos planos de estudo. As situações de ensino aprendizagem possibilitam um ambiente cooperativo, dando liberdade de organização de trabalho ao professor, pois a diversidade de métodos apresentada ao aluno também é enriquecedora, desde que os princípios da proposta pedagógica sejam respeitados, pois se acredita na unidade e na diversidade da escola, com a finalidade de desenvolver criatividade, criticidade, autonomia e interação entre a comunidade escolar.

A escola se caracteriza em ser uma escola inclusiva, ao se preparar para atender todas as dificuldades de aprendizagem e deficiências, numa perspectiva de educação voltada para uma mudança estrutural e cultural do ambiente escolar, para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas.

Para que a proposta pedagógica seja colocada em prática e avance é, necessário o apoio de políticas educacionais públicas promotoras de uma ação de

qualidade, para que os alunos, professores e demais envolvidos no processo, estejam aptos para conhecer as necessidades educacionais especiais com a devida preparação e formação para o atendimento destes alunos; por isso a importância da formação dos profissionais para qualquer momento receber alunos que necessitem de atendimento especializado com a preocupação de cada vez mais se estruturar para o acesso a todos, desenvolvendo as bases necessárias para a construção do conhecimento e o desenvolvimento global do aluno. Neste sentido reconhece a importância do acesso às diferenciadas formas de comunicação alternativa (LIBRAS, Braille) a riqueza de estímulos nos aspectos físicos sem deixar de lado os aspectos emocionais, cognitivos, psicomotores e sociais.

A escola valoriza a convivência com as diferenças, favorecendo as relações interpessoais, desde a sala de aula até a promoção de atividades e eventos que respeite e valorize a capacidade de cada um.

1.2. Olhar dos participantes

O processo vivenciado por alunos surdos, incluídos na rede regular de ensino, foi investigado a partir de uma abordagem qualitativa que, segundo Bogdan e Biklen (1994), surgiu com o objetivo de solucionar problemas de investigação que não podiam ser enfrentados por meio de pesquisas quantitativas. A abordagem qualitativa visa, segundo os autores, à compreensão, por parte do pesquisador, de comportamentos, acontecimentos, situações vividas a partir da perspectiva dos sujeitos investigados. Com a intenção de descobrir a fala dos participantes, organizei um questionário com algumas perguntas relacionadas a maneira como este segmento sente a inclusão do surdo no ensino médio.

As respostas a seguir, foram retiradas de um questionário, e ilustram as opiniões dos alunos surdos:

1. O que você, aluno surdo, tem a dizer sobre a inclusão na escola regular?

“Deveria ter projeto na escola, mostrando quem é o sujeito surdo, como ele se comunica. Tem gente que vê surdo e diz coitado, ele é doente. Mas não é por mal, é porque não conhecem os surdos. Os professores também não conhecem, mas eles não tem culpa.” (aluno A).

“A falta de comunicação com os ouvintes é o que mais complica. Alguns professores tentam se comunicar sem a ajuda dos intérpretes, mas não conseguem. Só conseguem os que têm noção dos sinais.” (aluno B).

“Parece que na sala de aula não tem união, não tem troca e não tem trabalho em grupo, e quando têm, os surdos ficam de um lado e ouvintes do outro.” (aluno C).

“O professor tem que propiciar as trocas entre todos os alunos, sem ter que obrigar a troca com os surdos.” (aluno A).

“O intérprete ajuda muito na relação com os ouvintes e nas atividades da escola, o contato do intérprete com o ouvinte, ajuda o surdo a se desenvolver”. (aluno D)

Para os alunos, não existe interesse por parte dos ouvintes em se comunicar com os surdos da escola – poucos se interessam em conhecer LIBRAS- apesar de ter na grade curricular LIBRAS para os alunos ouvintes. Essas percepções parecem ir de encontro às afirmações de Góes (2000), que dizem respeito a como, muitas vezes, os alunos surdos ficam excluídos das possibilidades de comunicação com os demais colegas dentro da sala de aula. No momento dos questionários, a maioria dos alunos mencionou a dificuldade de comunicação na escola regular. Essa dificuldade acontece tanto com relação a colegas ouvintes como com os professores.

Procurando perceber como se dava a dinâmica das aulas e analisar a visão dos alunos surdos, dos alunos ouvintes, no sentido de questionar suas expectativas, suas angústias, a suas visões de como está acontecendo este processo. Foram realizadas observações no ambiente escolar em que os alunos estão inseridos. Observei as aulas, o momento do recreio e outros. Como os alunos ouvintes agem diante do colega surdo e como os alunos surdos se posicionam diante da sua deficiência e no relacionamento com os alunos ouvintes. É possível observar a necessidade do intérprete de LIBRAS, no andamento da aula, e sua capacidade de conhecer com antecedência, a matéria a ser ministrada pelo professor ouvinte.

As respostas a seguir, foram retiradas de um questionário, e ilustram as opiniões dos alunos ouvintes:

3. O que você, aluno ouvinte, tem a dizer sobre a inclusão na escola regular?

“Não é difícil, mas também não é um bicho de sete cabeças conversar com os colegas surdos, basta ter um pouco de paciência e querer entender. Nada é impossível.” (aluno E).

“Vejo a inclusão como algo que deveria ter acontecido há muito tempo, afinal, muitas vezes, somos mais surdos do que imaginamos.” (aluno F).

“Não é fácil, conversar com os surdos, pois dificilmente tem intérprete, então nos comunicamos escrevendo.” (aluno E).

“Vejo a inclusão nesta escola ruim, tem muita inclusão, mas não suporte para isso.” (aluno G).

Observando o relacionamento entre os sujeitos desta pesquisa, seus colegas de turma, e os professores, percebi que, como já descrito na literatura, a diferença linguística na comunicação é o grande entrave para o relacionamento entre o surdo, seus colegas ouvintes e professores. É muito difícil apresentar algum conteúdo se o professor não dominar a Língua de Sinais Brasileira. O relacionamento com os ouvintes também é limitado, pois por mais que estes se mostrem dispostos a interagir, sem um bom domínio da LIBRAS, eles não conseguem se fazer entender pelos surdos e vice-versa. Como não são compreendidos, os ouvintes acabam desistindo de discutir o assunto com os surdos e muitas vezes oferecem o caderno ou o trabalho para o surdo “copiar” sem compreender o que está escrito. Desta forma, o fato de estudarem com ouvintes na escola regular não garante a eles a ocorrência de interações significativas, porque há pouca comunicação, o que conseqüentemente compromete a aprendizagem do aluno surdo.

Concordo com MACHADO (2002, p31), que pensar uma educação de surdos que considere suas características culturais e linguísticas, afastando o determinismo biológico e a aproximação do surdo com o modelo ouvinte ainda parece estar distante da realidade escolar. São muito recentes as iniciativas e essa alternativa está longe de ser consenso entre a maioria dos envolvidos no processo educacional.

O ato de interpretar envolve um ato cognitivo-linguístico e não meramente um ato mecânico. O intérprete está envolvido no ato comunicativo com poder completo para influenciar o objeto e o produto da interpretação que são em si fenômenos linguísticos que devem ser entendidos em diferentes níveis de análise. O papel do intérprete é o de realizar a interpretação da língua falada para a língua sinalizada e vice-versa observando os seguintes preceitos éticos, no caso da escola pesquisada, é importante para que os surdos participem das atividades da escola e evoluírem nos seus interesses; para se fazer “ouvir”; para avançarem em sua formação pessoal em

termos educacionais e profissionais, para exercerem a cidadania, para os ouvintes que em qualquer situação tenham necessidade de comunicar-se com o surdo.

Outro aspecto importante a ser mencionado é segundo Vygotsky (1998), a interação professor-aluno que é fundamental para o processo ensino-aprendizagem, já que, segundo esse autor, todos os processos mentais de um ser humano ocorrem primeiro no nível social (Inter psicológico) para depois passarem ao nível individual (intrapsicológico). Por isso a necessidade do professor ouvinte adequar sua metodologia ao ensino dos alunos surdos.

CAPÍTULO 2- EDUCAÇÃO DE FATO E DE DIREITO

2.1. O projeto

Este trabalho de pesquisa aconteceu em uma Escola Municipal de Ensino Médio no município de Gravataí no RS, no ano de 2008. A implantação aconteceu gradativa, iniciando com uma turma de 1º ano do ensino médio no turno da noite e assim ampliando gradativamente para o 2º e 3º anos do ensino médio.

No 1º semestre foi o momento de chegada e acolhimento dos alunos, reuniões de formação foram feitas pela equipe pedagógica da escola juntamente com a equipe do Núcleo de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação de Gravataí - SMED, que disponibilizou profissionais da área para assessoramento sistemático das ações a serem desenvolvidas, a partir destas considerações é que foi implementado o ensino médio para surdos na Escola Municipal de Ensino Médio de Gravataí.

No entendimento da surdez como diferença cultural, minoria linguística, no modelo sócio antropológico, considerando os direitos dos cidadãos e os direitos linguísticos das comunidades, criando um espaço de educação efetiva e de qualidade.

Na inclusão ocorrem mudanças onde às pessoas ganham não se sabe quem ganha mais. Exigem rupturas no sistema para construir uma nova organização na sociedade, uma nova postura de reconhecimento de diferenças e vivência das alteridades, enriquecendo a vida de todos. A cultura do reconhecimento da diversidade deve ser tratada como um valor a ser construído na caminhada da sociedade, e na escola deve ser uma prática.

O espaço da educação escolar é essencialmente um espaço de formação no sentido do coletivo, de preparação da vida em sociedade, e para tanto deve insistir nos valores e regras criados pela cultura, orientar o sentido da coletividade, de regramento social, mas com o compartilhamento de vivências para a construção de um espaço solidário. Para além dos saberes escolares, a escola interage com o sujeito, e este com seus pares, resignificando o contexto e também nossas atitudes individuais.

A convivência entre jovens surdos e ouvintes é uma experiência de resignificação dos nossos conceitos de compartilhar vivências. No reconhecimento do outro eu resignifico minhas atitudes e concepções, gerando uma transformação no indivíduo, como ser social e político que é.

Sendo assim, segue o modelo de ensino médio para surdos, incluídos em escola de ouvintes, mas com todo o aporte necessário para sua real instrução e formação, e de acordo com as propostas feitas por várias instâncias de atendimento desta comunidade, implementando uma escolarização de qualidade no município de Gravataí.

OBJETIVO GERAL:

Proporcionar ambiente linguístico adequado à educação de surdos, no Ensino Médio, criando condições de acesso ao saber pedagógico através da LIBRAS, e assim, a partir da sua diferença e reconhecer e garantir o direito de todos à educação, aos saberes escolares, de uma forma efetiva e qualificada.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Garantir acesso e condições didático-metodológicas para que o aluno surdo se aproprie dos saberes escolares;
- Criar um espaço de inclusão dos alunos surdos egressos da Escola Municipal Especial para Surdos e de outras escolas, na Escola Municipal de Ensino Médio em Gravataí, em turmas mista de ouvintes e surdos, com a presença de professor-intérprete de LIBRAS;
- Estudar e implantar adaptações curriculares necessárias de modo a assegurar a especificidade da educação intercultural e bilíngue das comunidades surdas, proporcionando ao aluno surdo o acesso e permanência no sistema de ensino;
- Desenvolver ações e estratégias visando o acompanhamento e a avaliação do processo de inclusão de surdos no ensino médio de Gravataí;
- Desenvolver ações e estratégias visando à difusão da LIBRAS, através do atendimento aos alunos ouvintes, profissionais da escola e familiares, na sala multifuncional, inclusive fazendo o atendimento aos deficientes auditivos que frequentam outras escolas da rede municipal de ensino;
- Trabalhar o português escrito como L2;

ESTRUTURA ESCOLAR

- Turmas mistas de alunos ouvintes e surdos, com a presença de professor-intérprete de LIBRAS para fazer a intermediação linguística entre os professores ouvintes das disciplinas, e os alunos surdos;
- Instrutor surdo para trabalhar a LIBRAS, em conjunto com professor de LIBRAS bilíngue;
- Professor ouvinte bilíngue para trabalhar a Língua Portuguesa escrita como L2, com o grupo de alunos surdos;
- Assessoria do NEE (Núcleo de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação de Gravataí) no sentido de coordenar o processo de inclusão, e garantir a qualidade do projeto através de avaliações sistemáticas com o grupo de surdos, o grupo de alunos ouvintes, a equipe diretiva da Escola Municipal de Ensino Médio, e os profissionais que atuarão em sala de aula.

SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL

Ações pedagógicas específicas serão desenvolvidas na sala de recursos multifuncional, entre elas:

- Mediar o processo de aquisição de conhecimento adotando LIBRAS como modalidade de comunicação;
- Trabalhar o português escrito como L2, segunda língua;
- Proporcionar aquisição de LIBRAS pela comunidade escolar;
- Dar atendimento e apoio escolar a surdos e deficientes auditivos incluídos nas escolas da rede municipal de ensino;

PROVIDÊNCIAS TÉCNICO-ADMINISTRATIVAS

- Criação do cargo de intérprete de LIBRAS/Português, na rede municipal de ensino;
- Programar turmas mistas de surdos e ouvintes, com professor e intérprete, em escola-polo para o Ensino Médio;

- Programar equipe na unidade escolar, com a contratação de professor-intérprete de LIBRAS/Português, instrutor de LIBRAS, professor bilíngue LIBRAS/Português, professor bilíngue de Língua Portuguesa escrita, assessoria sistemática do NEE (Núcleo de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação de Gravataí);
- Criação da sala de recursos multifuncional;
- Estabelecer parcerias com entidades não governamentais;

Neste processo de implantação da turma mista é fundamental a participação da comunidade escolar (alunos, pais e profissionais), assim como o debate com entidades representativas da comunidade surda a fim de qualificar o modelo proposto, de acordo, com suas reivindicações para a educação de surdos.

2.2. Pensando a Inclusão

A educação de surdos tem sido motivo de pesquisas e questionamentos e a partir do século XVII, as questões didático-metodológicas tem sido tratada de forma mais sistemática, particularmente na França, onde a concepção iluminista trata que todo o cidadão tem de ser atendidos pelo Estado. Cabem nesta concepção os surdos, que desde Aristóteles pouco tinha de reconhecimento, já estariam impedidos de construção de pensamento por não “falar”.

Conforme este filósofo “o pensamento não poderia se desenvolver sem a linguagem, e esta não se desenvolvia sem a fala.” (Feneis, 2005, p45). Eram tidos como imbecis e, portanto inaptos ao ensino, numa clara postura de exclusão dos espaços de educação formal.

Mas destes tempos até nossos dias alguns obstáculos foram superados. Passamos a pertencer a uma sociedade de direitos reconhecidos através das declarações universais, inclusive quanto às pessoas com deficiência.

A comunidade surda, após anos de submissão ao método oralista, que faz o surdo “falar”, inicia uma caminhada no sentido de retomar sua língua, a língua de sinais, que então estava banida dos espaços escolares, mas que se mantinha viva nas associações, nos encontros entre surdos, marcando assim a escola com mais atitude excludente, e determinando a visão clínico-terapêutica da surdez. A surdez era um

defeito, uma falta, algo a ser corrigido ou curado em ambientes educacionais compensatórios.

Se existe a falta de audição, então, a recuperação da fala, em sessões exaustivas de repetição de sons articulados, mas sem sentido, sem significação, era o método vigente para sua educação, transformando a escola num local de intervenções clínicas, descaracterizando o caráter pedagógico de educação formal.

Anos se passaram e o fracasso de surdos ficava cada vez mais evidente. Além disto, as pesquisas linguísticas na área de sinais comprovavam que, como qualquer outra língua, havia uma estrutura gramatical própria para esta modalidade, diferente das línguas orais, de natureza viso-gestual, não oral-auditiva. Colocam-nos Quadros e Karnopp:

As línguas de sinais são, portanto consideradas pela linguística como línguas naturais ou como um sistema linguístico legítimo e não como um problema do surdo ou como uma patologia da linguagem. Stokoe, em 1960, percebeu e comprovou que a língua de sinais atendia a todos os critérios linguísticos de uma língua genuína, no léxico, na sintaxe e na capacidade de gerar uma quantidade infinita de sentenças. (Quadros e Karnopp, 2004, p135).

Atualmente 44 países reconhecem a língua de sinais oficialmente, e os direitos linguísticos dos surdos. Na Noruega os surdos frequentam as escolas dos ouvintes, mas com suporte de intérprete e instrutor surdo, assim como na França. Neste país existem classes de surdos nas escolas de ouvintes. Stumpf descreve:” a inclusão na escola é vivida em atividades planejadas para que os surdos possam participar: visitas, encontros com acompanhamento de intérpretes, aulas de artes, teatro, esportes...”, e continua “... na classe estão os artefatos tecnológicos necessários a uma abordagem visual do ensino.” (Stumpf, 2005, p67).

No Brasil a educação bilíngue para surdos encontra respaldo na Lei nº10. 436 de 2002, que reconhece a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) como oficiais e que “constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil” (Lei nº10. 436/2002). No decreto nº 5626 de 2005, que regulamenta esta lei, está colocado claramente que as escolas regulares devem ter professor de LIBRAS, e intérprete de LIBRAS/Língua Portuguesa, professor para o ensino de Língua Portuguesa escrita como L2, (segunda língua), para as

pessoas surdas, e professor regente de classe com conhecimento acerca da singularidade linguística manifestada pelos alunos surdos, entre outras determinações.

O documento elaborado pela comunidade surda em 2005, “Política Educacional para Surdos do RS”, feito em conjunto pela FENEIS/FADERS/Secretaria de Educação e escolas de surdos, descreve as reivindicações da comunidade quanto às formas educacionais de atendimento, e salienta “incluir não é só estar em sala de aula”. Para propor um ambiente linguístico adequado ao aluno surdo, em escola de ensino regular, respeitando a educação bilíngue, bi cultural desta comunidade, o documento detalha as opções:

- ✓ Escolas especiais para surdos;
- ✓ Escolas com classes especializadas para surdos, turmas com LIBRAS e professor bilíngue;
- ✓ Escolas-polo, com turmas mistas de surdos e ouvintes e intérprete de LIBRAS, além de todo um suporte específico para atendimento aos profissionais que irão atuar com este grupo, a comunidade escolar e com as famílias, com o objetivo de difundir a LIBRAS, criando um ambiente linguístico adequado ao desenvolvimento do aluno surdo incluído. (FENEIS, 2005, p98).

Acrescentamos ainda, diferenciar a intervenção clínico-terapêutica da abordagem pedagógica. Voltar o olhar para o sujeito enquanto um ser sócio-histórico-cultural, cidadão, com direito a educação e a escola.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB- Lei nº9394/1996), em seu artigo 58, capítulo V, define a Educação Especial como “*modalidade escolar para educandos portadores de necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino, (...)*”. Estabelece também que “*sistemas de ensino deverão assegurar, entre outras coisas, professores especializados ou devidamente capacitados para atuar com qualquer 'pessoa especial' em sala de aula*”.

Os discursos atuais evidenciam uma evidência em incluir qualquer aluno, independentemente de sua singularidade, na escola regular. O argumento mais invocado é a *Declaração de Salamanca* (Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais- Espanha-1994) e o seu artigo 19, na verdade é o que fica mais

em esquecimento pelos órgãos oficiais “*Políticas educacionais deveriam levar em total consideração as diferenças individuais*”. A importância da linguagem de sinais como meio de comunicação entre surdos, deveria ser reconhecida (SILVA, 2001). O fato é que os órgãos governamentais legitimam o compromisso com a *Inclusão Social*, mas não dispõem de recursos para o atendimento educacional das escolas públicas.

“A inclusão do aluno surdo não deve ser norteado pela igualdade em relação ao ouvinte e sim em suas diferenças sócio-histórico-culturais, as quais o ensino se ancore em fundamentos linguísticos, pedagógicos, políticos, históricos, implícitos nas novas definições e representações sobre a surdez. A escola, ao considerar o surdo como ouvinte numa lógica de igualdade, lida com a pluralidade dessas pessoas de forma contraditória, ou seja, nega-lhe sua singularidade de indivíduo surdo” (SILVA, 2001, p243).

A necessidade de uma revisão educacional que trace uma nova visão curricular com base no próprio surdo. Sabemos que muitos surdos, através de atendimento especializado e de instrumentos específicos, podem adquirir a língua oral sem muitos problemas, mas a grande maioria se utiliza da língua de sinais, que faz parte da sua comunidade surda.

Vários são os autores que propõe alternativas para viabilizar o atendimento educacional de alunos surdos na escola regular, Bueno, por exemplo, acredita que é imprescindível a ampliação, por parte do sistema de ensino, do acesso e da permanência qualificada da criança surda na escola. Segundo Bueno (2001, p43), faz-se necessário:

“Organização de práticas sociais e escolares que permitam o acesso ao acervo cultural historicamente produzido, com a utilização de todas as formas de representação, que garantam a sua apropriação efetiva.”

Assim como Bueno, Marchesi (1995, p231) propõe algumas medidas que, ao serem adotadas pela escola regular, como instituição, que favorecerão a inclusão de alunos surdos em seu sistema de ensino. Necessita promover modificações em seus currículos, métodos avaliativos, organização de seu espaço físico, entre outros e a ação docente, levando em conta a presença de alunos surdos. Outra medida seria a necessidade de interação entre alunos e ouvintes, através de atividades em grupos e outros. A adequação das metodologias de ensino utilizadas que devem se adequar às especificidades dos alunos, como por exemplo, a utilização de recursos visuais, que

servam de suporte à informação transmitida pelos professores. A necessidade também de adequações quanto ao apoio oferecido aos surdos, no turno inverso, dado por professor surdo, preferencialmente, onde poderão trabalhar individualmente com este aluno, utilizando uma linguagem adequada às dificuldades relacionadas aos conteúdos. Quanto à integração desses alunos na escola regular, pontua:

A integração não deve ser entendida como uma tentativa de separar a criança surda do mundo das pessoas surdas. Pelo contrário, uma educação satisfatória para a maioria dos surdos, especialmente dos surdos profundos, deve prepará-los para conviverem e desenvolverem-se em duas realidades sociais que, para eles, são complementares: a realidade da sociedade dos ouvintes e a realidade da comunidade dos surdos (Marchesi, 1995, p.231).

Para finalizar este capítulo cabe trazer as ideias do INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos) sobre esta integração, ela não pode ser feita sem o comprometimento da família, da escola, dos professores e de outros profissionais, para que o processo tenha êxito é necessário que a escola regular se organize em seus recursos físicos, humanos e materiais; que possa garantir aos alunos incluídos complementação em sala de recursos e intérpretes, tanto em sala de aula como em todas as dependências da escola; garantindo um número máximo de 25 alunos em salas de aula que incluam alunos surdos. Quanto aos profissionais, este deve auxiliar o aluno surdo a se desenvolver, buscando uma maior autonomia, estimulando os demais alunos da escola a interagirem com o aluno incluído, em busca do desenvolvimento e da construção de novos vínculos. Cabe aos professores desses alunos, a adequação das metodologias de ensino, às necessidades dos alunos incluídos, como, por exemplo, a utilização de material visual e a instrumentalização em LIBRAS, como forma de facilitar a comunicação com esses alunos.

CONCLUSÃO

Concluo este projeto, não com a intenção de tecer um juízo em relação a este assunto, mas para refletir sobre como se deu a implementação, e as percepções dos alunos surdos, dos alunos ouvintes sobre a inclusão na escola regular.

A forma de apresentação deste projeto se materializou não como forma de criticar a escola regular, mas ainda necessitando de um amadurecimento da comunidade escolar e de investimentos das políticas públicas para esta inclusão. Neste sentido estas percepções dos atores são apresentadas como elementos que contribuem para a adequação dessa escola às suas necessidades; como elementos que promovam a aprendizagem e a verdadeira inclusão, tal como foi proposta pela Declaração de Salamanca.

Acredito que a viabilidade desta implementação é possível, mas são necessárias algumas adequações importantes como: a apresentação de propostas inclusivas; as possibilidades de integração social que oferecem; a garantia de um ensino de qualidade que atenda as necessidades promovendo o desenvolvimento e a aprendizagem de todos os alunos. Ainda é importante ressaltar que ainda não existe a inclusão plena dos alunos surdos investigados nesta escola, uma vez que a inclusão pressupõe que a escola se transforme, se desacomode para atender os alunos com necessidades educativas especiais nela inseridos.

Ao analisar as falas dos participantes é possível ver que o nó da questão passa pela comunicação dos alunos surdos e seus colegas ouvintes e professores. É necessário enfatizar que a possibilidade de troca entre surdos e ouvintes, sem uma linguagem comum, é extremamente difícil e, por essa razão, acredito que haja limitações. A escola que deseja incluir alunos com necessidades especiais, como os surdos, deverá instrumentalizar-se de forma a atender efetivamente essas necessidades. Para uma maior adequação da escola regular para que se torne de fato e de direito uma escola inclusiva é necessária que:

- Tenha a disposição intérpretes, tanto na sala de aula como em outros espaços de forma a facilitar a comunicação e o acesso dos surdos a todos os serviços disponíveis na escola;

- Oferecimento de cursos de LIBRAS para a comunidade escolar, de forma a proporcionar maior conhecimento sobre quem é o sujeito surdo e como ele se comunica , buscando uma maior aproximação entre surdos e ouvintes;
- Uso de metodologias diferenciadas, que levem em conta as necessidades educativas dos alunos surdos, como por exemplo, o trabalho com recursos visuais;
- A necessidade de interação entre alunos surdos e professores em outros espaços da escola.

Se a escola continuar reproduzindo valores vigentes, construídos por uma pequena parcela da população, que detém o poder, os bens de consumo e o acesso à cultura, será impossível ocorrer à verdadeira inclusão.

Surge a necessidade de desenvolvermos um trabalho escolar voltado às diferenças individuais de cada aluno. Se a escola não for repensada e se continuarmos a oferecer um ensino ouvinte, continuaremos a manter os diferentes excluídos da escola (embora estejam inseridos fisicamente). Mas se acreditamos na função transformadora da escola, na possibilidade da existência de uma escola democrática, que seja capaz de oferecer a todos, sem exceções as mesmas oportunidades, então continuaremos a carregar esta bonita bandeira chamada de Inclusão.

REFERÊNCIAS

- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Portugal: Porto Editor: 1994.
- BRASIL, MEC/SEESP. **Educação Inclusiva: Fundamentação Filosófica**. Vol.1. Brasília, 2004.
- BRASIL. **Educar na diversidade**: material de formação docente / organização: Cynthia Duk. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. 266p.
- BUENO, J G. **Educação inclusiva e escolarização dos surdos**. Integração. Ano13, n23, 2001.
- GÓES, M C (org.). **Surdez: processos educativos e subjetividade**. São Paulo: Lovise, 2000.
- GORE, J. M. Foucault e Educação: Fascinantes Desafios. In: SILVA, T. T. (Org.) **O sujeito da educação: estudos foucaultianos**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MANTOAN, M.T.E. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como Fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.
- MARCHESI, A. **Comunicação e linguagem em crianças surdas**. In **Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar**. Porto Alegre. Artes Médicas, 1995.p.198-214.
- MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 3. Ed. Revisão técnica de: Edgar de Assis Carvalho. São Paulo; Cortez; Brasília, DF/UNESCO, 2001.
- QUADROS, R.M. **Situando as diferenças implicadas na educação de surdos: inclusão/exclusão**. Revista Ponto de Vista, Florianópolis, 2001.
- SKLIAR, C (org.). **A surdez: um olhar sobre a diferença**. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- SILVA, T.T. Da. **Documentos de Identidade**. Uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- _____. **A produção social da Identidade e da Diferença**. In: (org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- VIGOTSKY, L. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ANEXOS

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Especialização em Educação Especial - Déficit Cognitivo e Educação
de Surdos**

**Anexo A - Projeto de Pesquisa –
Refletindo a inclusão de surdos ao ensino médio**

**Autor: Simone Arruda Dutra
Orientador: Juliane Marschal Morgenstern**

Questionário realizado com alunos surdos de uma Escola Municipal de Ensino Médio do município de Gravataí

1- Desde quando estuda na escola?

2- É difícil estudar nesta escola? Por quê?

3- É fácil entender o que os professores falam?

4- É fácil conversar com colegas e entender o que eles querem?

5- Como vê a inclusão nesta escola?

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Especialização em Educação Especial - Déficit Cognitivo e Educação
de Surdos

Anexo B - Projeto de Pesquisa -
Refletindo a inclusão de surdos ao ensino médio

Autor: Simone Arruda Dutra
Orientador: Juliane Marschal Morgenstern

Questionário realizado com alunos ouvintes de uma Escola Municipal de Ensino Médio do município de Gravataí

1. Desde quando estuda na escola?

2. É difícil estudar nesta escola? Por quê?

3. É fácil entender o que os professores falam?

4. É fácil conversar com colegas surdos e entender o que eles querem?

5. Como vê a inclusão nesta escola?

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Especialização em Educação Especial - Déficit Cognitivo e Educação
de Surdos

Anexo C - Projeto de Pesquisa –

Acessibilidade: discutindo a inclusão de surdos ao ensino médio

Autor: Simone Arruda Dutra
Orientador: Juliane Marschal Morgenstern

TERMO DE ACEITAÇÃO E COMPROMISSO

Eu, _____, mãe de aluno (a) do 1º ano do ensino médio de Gravataí, concordo em colaborar com o processo de pesquisa permitindo que se realize uma entrevista e que esta possa ser mencionada sem alterações pela pesquisadora ao fazer o registro escrito e na defesa deste estudo, ressaltado que a identidade da aluna bem como da instituição onde a pesquisa está sendo realizada serão mantidas em sigilo ao longo do processo.

Gravataí, maio de 2010.

Responsável pelo (a) aluno (a)